



EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

OLIVEIRA, Kelly Josiane Marcondes, PG, Fecilcam, kelly-josiany@hotmail.com

MEDEIROS, Dalva Helena de (OR). Fecilcam, dalva-helena@uol.com

INTRODUÇÃO

Este estudo se propõe a apresentar aspectos relacionados à educação ambiental, como seu desenvolvimento histórico, conceitos e metodologias. Os apontamentos realizados neste texto relevantes à educação ambiental objetivam a ruptura com o pensamento de natureza como algo alheio ao homem, belo e inesgotável, ou mesmo como um recurso próprio para exploração, ou ainda a visão de homem como um ser superior na teia da vida.

Quando nos referimos à educação ambiental, não estamos tratando apenas de natureza, como geralmente esse termo é concebido, mas a um conjunto de relações sociais, políticas, históricas e econômicas, cujo homem é sujeito participante, transformador, e consequentemente receptor de suas ações.

De acordo com Oliveira (1998) a educação ambiental deve ser encarada como um processo voltado a apreciação da questão ambiental na perspectiva histórica, antropológica, econômica, social, cultural e ecológica, como educação política, já que são as decisões políticas que dão lugar as ações que afetam o meio ambiente.

Brügger (1999) aponta que a crise ambiental é uma leitura da crise da própria sociedade, a gestão dos recursos naturais encontra-se muito além das questões técnicas, referindo-se também ao contexto econômico, social, político e cultural.

A educação ambiental vista como um agente de transformação exige uma profunda mudança de valores, atitudes, “uma nova visão de mundo, o que ultrapassa bastante o universo meramente conservacionista.” (BRÜGGER, 1999, p.34). Assim, essa educação não visa somente apontar os problemas de degradação ambiental, poluição, uso inadequado de recursos, mas sim, entender o porquê desses problemas, suas raízes históricas, sociais, culturais e no caso da sociedade capitalista, principalmente a econômica. Levantando assim hipóteses e propostas de possíveis ações em prol da vida humana, que é dependente e constituinte da natureza.

Compartilhamos nesta perspectiva da crítica realizada por Morin e Kern (1995, p.89) ao modo de produção capitalista, e a forma deste produzir seus sujeitos como indivíduos que “só pensam no dia de hoje, consomem o presente, deixam-se fascinar por mil



futilidades, tagarelam sem jamais se compreender na torre de Babel das bugigangas. Incapazes de ficar quietos, lançam-se em todos os sentidos.”

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Segundo Tozoni-Reis (2004) a partir da Revolução Industrial, as relações do homem com a natureza tornaram-se cada vez mais predatórias, sendo a década de 1960 tomada como referência no início das preocupações com o meio ambiente. Após esta conferência a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizou diversas discussões regionais e internacionais sobre educação ambiental, dentre estas o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental em Belgrado, na Iugoslávia em 1975, onde se discutiu a necessidade de desenvolvimento de programas ambientais nos países membros da ONU. Culminando na Carta de Belgrado, documento em que são expressos objetivos como: conscientização, conhecimentos, atitudes, habilidades, capacidade de avaliação e participação, sendo proposto que a educação ambiental seja realizada em espaços educacionais formais e não-formais, de forma contínua e permanente, de maneira interdisciplinar, voltada prioritariamente às crianças e jovens.

Tozoni-Reis (2004) destaca ainda que como incremento da Conferência de Estocolmo, em 1977, aconteceu a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Tbilisi, na Geórgia, URSS, em 1977, primeiro grande evento internacional acerca do assunto, que definiu como função da educação ambiental a conscientização, compreensão e estímulo a comportamentos positivos, considerando o ensino para todas as idades.

As preocupações pedagógicas ali expressas valorizam o contato direto do educando com os elementos da natureza, os processos cognitivos de solução dos problemas ambientais, os materiais de ensino e os conteúdos e métodos interdisciplinares: a interdisciplinaridade apareça como uma prática pedagógica que tem por base as ciências naturais e sociais. A reorientação dos sistemas educacionais, a necessidade de divulgação dos conhecimentos e experiências ambientais positivas e a ênfase no papel dos meios de comunicação são estratégias gerais da educação ambiental expressas no documento. (TOZONI-REIS, 2004, p.5)

A Rio-92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, partiu do documento feito em Tbilisi, para elaborar a educação ambiental na Agenda 21, recontextualizando e ampliando as propostas expostas.

A Agenda 21 é um programa de ação baseado num documento de 40 capítulos [...] conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. [...] Trata-se de um documento consensual para o



qual contribuíram governos e instituições da sociedade civil de 179 países num processo preparatório que durou dois anos [...]. Mais do que um documento, a Agenda 21 é um processo de planejamento participativo que analisa a situação atual de um país, Estado, município e/ou região, e planeja o futuro de forma sustentável. Esse processo de planejamento deve envolver todos os atores sociais na discussão dos principais problemas e na formação de parcerias e compromissos para a sua solução a curto, médio e longo prazos. A análise é o encaminhamento das propostas para o futuro devem ser feitas dentro de uma abordagem integrada e sistêmica das dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional (BRASIL, 2002, p.1).

Dias (2006) relata a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental, nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, que regulamenta a educação ambiental no Brasil, destacando esta com termos como qualidade de vida e sustentabilidade, sendo parte do processo educativo de forma ampla e direito de todos.

Brügger (1999) declara que a educação ambiental está relacionada ao modo como a sociedade compreende a natureza, o que inclui também as relações dos homens com seus pares, ou seja, numa sociedade capitalista, a natureza é vista como meio de exploração e enriquecimento, descartando-se a total dependência do ser humano em relação ao meio ambiente, questão esta que se torna urgente, posto que, a degradação ambiental é praticada há muito tempo, porém, na época atual suas conseqüências vêm tomando proporções enormes e catastróficas.

Brügger (1999) desvela ainda que:

Devido à forma de organização do conhecimento em nossa sociedade, podemos distinguir duas tendências mais gerais. Numa delas, geralmente oferecidas pelas ciências humanas, os fatores histórico-sociais são relevantes, mas permanecem quase ausentes os aspectos técnicos e naturais da questão ambiental. [...]. Há outra, que não poderia ser atribuída especificamente a esta ou àquela área, onde a questão ambiental vem sendo tratada quase que exclusivamente sob suas dimensões naturais e técnicas. Em especial, destacam-se os temas ecológicos, os quais têm permeado de forma marcante a educação para o meio ambiente (BRÜGGER, 1999,p.30).

A autora cita ainda que “educar é um ato político. Educar para quê e para quem é, portanto uma pergunta cuja dimensão social a situa no cerne da chamada educação ambiental” (BRÜGGER, 1999, p.77). Assim a educação ambiental, acima de tudo é educação e, portanto não deve apenas reproduzir discursos de preservação, ou incentivar ações isoladas, mas deve constituir-se num processo de ação-reflexão, considerando as dimensões sócio-históricas, culturais e econômicas do ser humano, enquanto ser social, produzido por meio do coletivo.



PROPOSTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA O TRABALHO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A realização de trabalhos na área da educação ambiental, assim como qualquer outro trabalho educativo, que envolva a formação de sujeitos, não pode ser realizada de maneira isolada, ou mesmo constituída de práticas descontextualizadas.

A Constituição Brasileira, de 1988, incorporou em seu texto a Educação Ambiental, conforme o Art. 225, ressaltando a qualidade de vida como integrante da própria cidadania. Os Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam a questão ambiental como um dos temas transversais do currículo do Ensino Fundamental, mas a sua efetivação no cotidiano escolar ainda deixa muito a desejar e, em muitos casos, tem se limitado a ações isoladas e/ou a entendimentos parcializados sobre a questão ambiental, orientados por uma visão excessivamente biologizada, dentro de uma vertente ecológico-preservacionista, e/ou fica restrita a eventos comemorativos (dia da árvore, dia do meio ambiente), ou ainda limitada à realização de algumas atividades práticas, denominadas extra-curriculares, eventuais (campanha do lixo, coleta para reciclagem, caminhadas ecológicas, visitas, plantio de hortas, etc.), sem a contextualização necessária e sem a internalização sobre o real entendimento da problemática ambiental no cotidiano das comunidades escolares (SOARES, et al, 2003, p.9).

A educação ambiental crítica deve então proporcionar aos sujeitos uma apropriação de conhecimentos capazes de gerar ações, e jamais deve ser admitida como uma forma de adestramento, definida em “uma forma de adequação dos indivíduos ao sistema social vigente”. (BRÜGGER, 1999, p.35).

Rangel (2003) afirma que apesar de alguns estudos demonstrarem a interdependência entre os elementos abióticos e bióticos, de maneira a focar a ecologia, quando se trata do ser humano, geralmente, este é visto como ameaça, ou como ameaçado. Nesta perspectiva a educação ambiental só se refere à mudança de condutas, entretanto, concebemos a educação ambiental como um processo que envolve o meio natural, cultural, político e social.

[...] reafirma-se o homem, não como ser ameaçado e ameaçador, mas como ser integrante do meio ambiente, cuja reconstrução e preservação, não só reflete na vida humana, como necessita da vida humana de qualidade. [...] estendendo-se, então, os cuidados com o meio ambiente ao próprio homem e suas condições de vida. Esses cuidados contemplam, portanto, os valores da vida cidadã, a exemplo da saúde, sexualidade, família, trabalho, ciência e tecnologia, cultura, linguagens (RANGEL, 2003, p.136).

Portanto, é de indispensável necessidade que entendamos a educação ambiental, não somente como àquela referente ao meio ambiente, considerado como natureza, mas



sim numa ótica mais ampla, que envolve o homem e suas relações estabelecidas socialmente.

Dias (2004) destaca que para um programa de educação ambiental atingir seus objetivos é preciso ocorrer o envolvimento coletivo, para ele os estudos de Paulo Freire, com a pedagogia crítica e libertadora, é o mais adequado para tal.

O autor aponta ainda diversas estratégias de ensino para a prática da EA¹, tais como: discussão em classe, envolvendo todos; discussão em grupo; mutirão de idéias, quando pequenos grupos sugerem soluções para um dado problema, porém, sem se preocupar com análise crítica, num tempo de 10 a 15 minutos; trabalho de grupos, em que quatro a oito membros se tornam responsáveis pela execução de uma tarefa; debate, com dois grupos de argumentos diferentes e um terceiro que avalia as idéias expostas; questionário; reflexão, que envolve a análise crítica; imitação da mídia, o grupo organiza sua própria versão de jornais, televisão, rádio e filmes; projetos; solução de problemas, que considera a apresentação e solução de problemas; jogos de simulação, operacionalização de situações reais referentes a um problema; e por fim exploração do ambiente local, por meio de observações. A escolha de uma ou outra estratégia deve considerar o perfil ambiental das comunidades a serem envolvidas (características sistêmicas de manutenção da vida e de seus valores) e seu respectivo metabolismo (desenvolvimento dos processos, seus movimentos e tendências). “Sem conhecer os objetivos, problemas, prioridades e valores de uma dada comunidade torna-se praticamente impossível planejar sem cometer gafes.” (DIAS, 2004, p.219).

Para um projeto que envolva ecossistemas urbanos, Dias (2004) sugere atividades que tratam da fauna urbana, relatando que esta não se encontra somente na fauna introduzida, animais domésticos, mas também engloba aquelas que se adaptaram forçadamente (por terem seus ambientes invadidos pelo homem, podemos citar como exemplo: pombas, insetos, e outros animais, capivara etc.). Para a realização dessa atividade deve-se solicitar aos alunos que listem os animais encontrados na cidade, listagem essa que pode ser feita em grupo ou individual, no período de uma aula ou de várias, conforme os alunos forem lembrando ou pesquisando, os nomes serão anotados em cartazes, expostos em murais, ou seja, o planejamento e execução variam conforme a especificidade do grupo. Outro ponto a ser abordado, é a inclusão do homem, na listagem, como um animal urbano, no sentido de gênero, ou seja, as pessoas que vivem nas cidades, os alunos, a professora, todos.

¹ Sigla referente ao termo educação ambiental.



[...] Na maioria das vezes, os alunos demoram muito para incluir o ser humano nas suas listas, quando não o omitem completamente. Esse pode ser o reflexo de uma educação que enfatiza a soberania humana sobre a natureza – frequentemente de cunho cultural-religioso, com raízes na doutrina judaico cristã, nitidamente antropocentrista, que o apresenta como feito, à semelhança de Deus, sendo os demais animais apenas figurantes-, e em conseqüência o afasta das categorias dos seres vivos, como se não estivessem interligados indissolúvelmente pelo cordão umbilical da Terra (DIAS, 2004, p.258).

Além dessa atividade, ou proveniente dela pode-se realizar o estudo detalhado de alguns animais da fauna urbana (alimentação, reprodução, benefícios e malefícios, dentre outros), prática esta que contribui na superação de medos, aversão, e constatação da função de cada ser no meio ambiente, bem como, a análise das relações estabelecidas, a teia alimentar, a interdependência, evidenciando a importância de respeitar e compreender o outro.

O mesmo autor aborda atividades que envolvam a flora urbana, dentre as quais destacamos a observação e acompanhamento de um dado elemento constituinte da flora, como por exemplo, uma árvore, e as mudanças ocorridas ao longo do tempo (meses ou ano), a relação desta com a fauna, a importância da vegetação, as espécies mais adequadas para cada cidade, o índice de área verde indicado por habitante. Os dados dessa pesquisa podem ser expostos em eventos na escola, na comunidade, serem enviados a órgãos públicos, a mídia local, apontando sugestões de melhorias e mudança de atitudes, conforme seja necessário.

Dias (2004) propõe ainda a verificação de fatores abióticos, como os fenômenos naturais, nascer e pôr-do-sol, o céu e a noite, as estrelas e planetas visíveis, a Lua, a chuva o orvalho, o arco-íris, relâmpagos e trovões, que geralmente não são percebidos, devido à intensa rotina de atividades na cidade. A observação e estudo desses fatores trazem em si, um resgate histórico, social e emocional, todavia, são diversas as disciplinas e atividades que podem ser trabalhadas para o desenvolvimento de conceitos e apropriação do conhecimento, dentre elas, a escrita, o desenho, a construção de maquetes, análise de fotografias, e infinitas outras.

Ainda referente aos ambientes urbanos, o autor sugere trabalhar as diferenças destes com os ambientes rurais, a dependência da cidade em relação ao campo e vice-versa, os serviços essenciais à qualidade de vida, porém, essa atividade deve direcionar-se a compreender e conhecer esses ambientes, evidenciando que ambos apresentam benefícios e desvantagens, um não é melhor ou pior que o outro. A exposição do trabalho pode ser realizada por meio de cartazes, murais, debates, ou mesmo uma carta endereçada as autoridades municipais, que contenha a listagem dos serviços que faltam ou que precisam ser melhorados, com sugestões dos alunos de que forma isso pode ser feito.



Outras maneiras de trabalhar temas referentes à educação ambiental de maneira geral, ligados a conscientização sobre a dependência do homem de recursos não renováveis como a água e outros, é a leitura e compreensão de textos como “A Carta do Cacique Seattle”, ou a “Carta Escrita em 2090”, que tratam de apelos emocionais sobre as conseqüências catastróficas de nossas atitudes para nós mesmos e para as gerações futuras.

A manutenção da mentalidade atual significa o desmonte da sociedade humana. Não temos base física nem biológica para sustentar a ganância dos seres humanos, com essas atitudes de desrespeito e destruição. [...] Há uma clara necessidade de iluminação coletiva da humanidade para o despertar de um novo mundo, uma nova forma de organização social e política, pautada na justiça social, na paz e no respeito mútuo (DIAS, 2006, p.201).

Dias (2004) destaca que para um programa de educação ambiental ser efetivo, deve este promover, simultaneamente, o desenvolvimento de conhecimento, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental. Cujas prioridades seja a participação comunitária, articulada e consciente, com o objetivo de prover os conhecimentos necessários à compreensão do ambiente, de modo a suscitar uma consciência social que possa gerar atitudes capazes de afetar comportamentos.

A educação ambiental não pode ser definida em práticas isoladas, mas deve ser um processo contínuo de tomada e retomada de decisões, análises e principalmente ações, já que dessas dependem o futuro da humanidade, a qualidade de vida, e a manutenção da vida na terra.

No que tange a educação, compartilhamos com o pensamento de Brügger (1999), que a declara como pertencente ao domínio do pensamento crítico e que, portanto, deve proporcionar os meios para que os sujeitos sejam capazes de distinguir os conteúdos dos diversos discursos, sejam estes implícitos ou explícitos.

Tomamos então como base para a educação ambiental, a indissociabilidade entre a teoria e a prática, a concepção do sujeito como capaz de inferir, agir e apropriar-se do conhecimento, ou seja, fazemos parte do meio ambiente, enquanto seres sociais, políticos, culturais, religiosos e econômicos.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS NAS ESCOLAS

A concepção recorrente na sociedade e na escola, no que se refere ao termo meio ambiente, geralmente encontra-se vinculada e restrita a temas como reciclagem, preservação da natureza, cuidado com a água, dentre outros, que se configuram em



práticas realizadas em dias isolados, comumente em datas comemorativas. Entretanto, pouquíssimas vezes, relaciona-se a educação ambiental, como educação para o bem estar humano, ou seja, a constatação da não separação entre a sociedade e a natureza, e da dependência entre ambas.

Segundo pesquisa realizada por Medeiros (2009) com alunos e professores de uma escola particular e duas públicas na cidade e região de Campo Mourão, inicialmente a pesquisadora constatou que a concepção que predominava era a de natureza bela e intocada, apesar de vincularem o problema da poluição e ação negativa do homem, todavia, as práticas desenvolvidas centravam-se na temática sobre lixo e reciclagem, envolvendo higiene, organização e limpeza. A mesma autora observou ainda que, apesar de relatarem que as oficinas de reciclagem tinham o objetivo de não poluir a natureza, os alunos não consideravam questões inerentes à sociedade e ao modo de produção capitalista, como o consumo excessivo e o descarte de materiais cada vez maior.

Referente ainda a formação de professores Tristão (2004) em sua pesquisa aborda a relação entre a formação acadêmica e as vivências em sala de aula, de professores em serviço egressos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que estavam envolvidos em projetos de educação ambiental. A autora, num primeiro momento de observação, percebeu que os cursos de educação ambiental, preferencialmente eram ministrados aos professores formados em ciências e geografia, característica esta que provém de uma visão fragmentada, de delegar a esta ou àquela disciplina o ensino de educação ambiental.

[...] observa-se ainda um elo entre a educação ambiental e o ensino de ciências, educação ambiental, como apêndice do conteúdo do ensino de ciências, com aquela abordagem essencialmente naturalística, correndo um sério risco de perder de vista a importância de uma análise social e política das causas e conseqüências de um modelo de desenvolvimento insustentável (TRISTÃO, 2004, p.124).

A autora declara ainda que as atividades em educação ambiental encontram-se geralmente pautadas em propostas lúdicas, ou de sensibilização, porém sem que ocorra um aprofundamento no debate sobre o porquê, como e para quê deve ser trabalhado a temática da educação ambiental.

Outro ponto relevante nessa pesquisa, levantado por Tristão (2004) é a necessidade da abordagem da educação ambiental como algo próximo, ou seja, é evidente que temos problemas globais que devem ser discutidos, todavia, se não sabemos ou entendemos o que ocorre em nosso bairro, ou cidade, ou mesmo em nossas casas, como analisar questões mais amplas? Ou mesmo trabalhar com os alunos questões globais se não contextualizamos as locais? Não estamos aqui nos remetendo à concepção do estudo das



partes para entender o todo, ou do particular para o geral, mas sim de uma concepção que entende que é necessário conhecer o todo e o particular, pois se não estaremos sempre conhecendo uma parte apenas, o que poderá gerar concepções equivocadas e práticas sem sentido.

Ainda nesta perspectiva de pesquisa temos as contribuições de Bovo (2005) que investigou a utilização da temática meio ambiente, enquanto tema transversal proposto pelos PCNS², no cotidiano escolar de docentes da 5ª série de uma escola da rede estadual na cidade de Maringá, no segundo semestre de 2001. Em suas reflexões o autor pondera que:

Para uma escola diferente e dinâmica, um novo educador precisa nascer. A responsabilidade do professor em assumir sua profissão, em assumir o ato de educar como um ato de cidadania. Os docentes não podem transferir sua responsabilidade à administração ou ao Estado, a cada um – escola, Estado, professores e educandos, cabem muitas tarefas para mudanças pequenas e grandes no processo educacional (BOVO, 2005, p.99).

O mesmo continua sua pesquisa, enfocando a análise da presença do tema nas diferentes disciplinas curriculares, constatando que os professores de matemática, história e arte não trabalhavam a temática do meio ambiente por não considerarem que esta tem alguma relação com os conteúdos da disciplina. Em outra questão todos os professores apontaram a falta de interação entre os conteúdos dados pelos professores e mesmo a interação entre os professores, bem como a falta de tempo para estudos mais aprofundados e falta de recursos materiais e didáticos sobre o tema.

Apesar de serem realizadas em cidades diferentes, ou mesmo no caso de Tristão (2005), em outro Estado, as pesquisas sobre o ensino de educação ambiental, apontam ainda um desconhecimento por parte dos professores e mesmo um interesse real dos governantes em desenvolverem uma educação ambiental transformadora, ou seja, como já evidenciamos, a educação ambiental faz parte da necessidade do homem em manter uma qualidade de vida saudável e até mesmo sua própria sobrevivência, e esta não se faz com ações isoladas, oficinas de reciclagem sem que haja um por que, somente como uma diversão, ou passa tempo.

A superação dessa visão de natureza intocada, bela e fonte inesgotável de recursos, não será algo que acontecerá de uma hora para outra, pois se constitui num processo de tomada de consciência, que não é apenas responsabilidade da escola ou dos professores, mas esses não podem ser omissos, ou negligenciar o acesso de seus educandos a uma educação ambiental que vai muito além de preservar a natureza ou ter bons hábitos de higiene e alimentação. Envolvendo também temas como prostituição, drogas, banalização

² Parâmetros Curriculares Nacionais.



da vida, violência, ou seja, a educação ambiental é um vasto campo de levantamento de discussões e questionamentos sobre a sociedade atual, o homem atual e aquilo que almejamos para o presente e o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática da educação ambiental encontra-se cada vez mais presente em nosso cotidiano, a mídia escrita e falada expõe catástrofes causadas pelas forças da natureza (enchentes, tsunamis, furacões, deslizamentos de terras, dentre outros), porém, sem mencionar que na maior parte dos casos é a ação do homem a causadora desses acontecimentos, no uso inapropriado dos recursos naturais, materiais e humanos.

A educação ambiental não se refere apenas a ecologia e preservação do meio ambiente, indo muito além destes, abarcando a vivência do homem em sociedade e as relações estabelecidas por este. A transformação e a busca de superação de comportamentos destrutivos (matança de animais, queimadas, desflorestamento, desperdício de recursos naturais não renováveis como a água) são necessárias para o processo da própria humanização do homem.

Não se trata apenas de estudar, ou mesmo entender o processo de degradação, pelo qual o planeta Terra vem passando, além destes é necessário que entendamos a educação ambiental, como educação política, que envolve escolhas, decisões e opções, que não tomamos sozinhos, já que vivemos em sociedade. No nosso caso, a sociedade da informação, portanto, fazer uma educação para o meio ambiente implica envolver todas as áreas do conhecimento em prol de um conhecimento comum: o de que somos parte, e como tal dependemos do todo.

Mesmo em um mundo capitalista, conduzido pelo econômico, há a intensa necessidade de percebermos que há muito além do capital, e que o desenvolvimento a qualquer custo gera o contrário, retrocesso. Com isso queremos dizer que não dá mais para mascararmos as ações do homem contra o meio ambiente, pois, vivemos e vemos as conseqüências negativas de tais ações.

Enquanto seres produzidos historicamente, sabemos que muitas atitudes errôneas foram transmitidas e repassadas de geração para geração. Assim o que temos visto no tempo atual é o acúmulo de séculos, décadas e anos de uma relação parasitária do homem para com o meio ambiente, no sentido de que este se torna hospedeiro, retirando e não devolvendo nada de bom em troca.

Entretanto, sabemos que a situação apesar de crítica, não é irreversível, ou seja, não é por ações isoladas que algo vai mudar, mas pela ação do coletivo, por meio de



reivindicações que cobrem o cumprimento das leis e políticas específicas para o meio ambiente. Uma das vias é a educação, entretanto cabe destacar que, esta sozinha não transforma a sociedade, por ela ser permeada de fatores diversos: econômico, sociais, histórico, sendo um dos elementos de transformação.

Assim percebemos que apesar do sistema de produção capitalista considerar o homem como um capital humano, produtor e consumidor de bens, consideramos que o mesmo é constituído de várias outras vertentes, que englobam o ser como : emocional, físico, social e cultural, apesar dessas serem utilizadas na sociedade capitalista apenas pelo viés do consumismo, ou seja, vende-se a cultura, modelos consolidados, modos de vestir, de comer, condicionando o psicológico humano a restringir a satisfação tendo em vista o quê e quanto consome.

REFERÊNCIAS

BOVO, Marcos Clair. **Escola e Meio Ambiente**: uma abordagem do tema transversal no ensino. Maringá: Massoni, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O que é Agenda 21**. Brasília, DF, 07 jul. 2002. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em 21 de maio. 2010.

BRÜGGER, Paula. **Educação ou Adestramento Ambiental?** 2. ed. Revista e ampliada. Letras contemporâneas, 1999.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

_____. **Atividades Interdisciplinares de educação ambiental**: práticas inovadoras de educação ambiental. 2. ed. São Paulo: Gaia, 2006.

MEDEIROS, Dalva Helena de. Educação Ambiental e Meio Ambiente: Concepções, Teorias e Práticas. In: PONTILI, Rosângela Maria; COLAVITE, Ana Paula. **Estudos Regionais**: Enfoques Socioeconômico, Ambiental, Educacional e da Paisagem. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2009, p.183-203.

MORIN, Edgar ; KERN, Anne Brigitte. **Terra Pátria**. Tradução: Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1995. p. 69-103.

OLIVEIRA, Elísio Márcio de. **Educação Ambiental**: uma possível abordagem. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis, 1998.

RANGEL, Mary. Temas Integradores da Supervisão Pedagógica, Orientação Educacional e comunidade escolar. In: GRINSPUN, Mirian Paura S. Zappin (org). **Supervisão e Orientação Educacional**: perspectivas da integração na escola. São Paulo: Cortez, 2003. p.119-147.

REIGOTA, MARCOS. **O que é Educação Ambiental?** São Paulo: Brasiliense, 1995.



SOARES, Ana Maria Dantas. et .al. **Educação Ambiental:** construindo metodologias e práticas participativas. Paracambi, RJ, 2003. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=357>>. Acesso em 21 de maio. 2010.

TRISTÃO, Martha. **A Educação Ambiental na Formação de Professores:** redes de saberes. São Paulo: Annablume; Vitória: Facitec, 2004.